

POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA LITERATURA (1991–2026)

ARCHIVAL POLICIES: ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE
LITERATURE (1991–2026)

POLÍTICAS ARCHIVÍSTICAS: ANÁLISIS DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN
LA LITERATURA (1991–2026)

Tatiana Costa Rosa¹, Cynthia Roncaglio²

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6800

Recibido: 20/07/2026 | Aceptado: 17/08/2026 | Publicación en línea: 26/08/2026.

RESUMO

As políticas arquivísticas constituem instrumentos fundamentais para a gestão de documentos, o acesso à informação e a preservação da memória, mas ainda são escassos os estudos que sistematizam a produção científica dedicada à temática. Diante disso, este estudo objetiva mapear e analisar a produção científica sobre políticas arquivísticas no período de janeiro de 1991 a janeiro de 2026, identificando sua evolução temporal, características de autoria e institucionalização, canais de comunicação e tendências temáticas e terminológicas. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada na articulação entre técnicas bibliométricas e análise de conteúdo. O levantamento foi realizado nas bases SciELO, BRAPCI e BDTD, mediante estratégias de busca em português, inglês e espanhol, resultando na seleção de 38 publicações para análise. Os resultados demonstram crescimento progressivo da produção, especialmente a partir da década de 2010, com intensificação no período pandêmico e pós-pandêmico. Observa-se concentração da produção em instituições públicas de ensino superior e a presença de pesquisadores de referência, concomitantemente à participação de autores com contribuições pontuais. As tendências temáticas concentram-se na relação entre políticas públicas, gestão de documentos e preservação digital, articuladas a questões de memória, acesso à informação, governança e direitos. Conclui-se que a temática se encontra em processo de amadurecimento, embora persistam desafios relacionados à implementação institucional e à consolidação conceitual das políticas arquivísticas.

Palavras-chave: Políticas Arquivísticas. Gestão de Documentos. Produção Científica. Arquivologia.

¹ Doutora em Formação na Sociedade do Conhecimento pela Universidade de Salamanca (USAL), Salamanca, Salamanca, Espanha. E-mail: tatyrosaa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2330-3218>

² Pós-Doutora pela Facultad de Ciencias de la Documentación, pela Universidad Complutense de Madrid (UCM), Madrid, Comunidade de Madrid, Espanha. E-mail: cynthia.roncaglio@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4859-4296>

ABSTRACT

Archival policies are fundamental instruments for records management, access to information, and the preservation of institutional memory; however, studies that systematically examine the scientific literature devoted to this topic remain scarce. Therefore, this study aims to map and analyze scientific production on archival policies from January 1991 to January 2026, identifying its temporal evolution, authorship and institutional characteristics, communication channels, and thematic and terminological trends. This is an exploratory and descriptive study employing a qualitative and quantitative approach, based on the articulation of bibliometric techniques and content analysis. The survey was conducted in the SciELO, BRAPCI, and BDTD databases using search strategies in Portuguese, English, and Spanish, resulting in the selection of 38 publications for analysis. The results demonstrate progressive growth in scientific production, particularly from the 2010s onward, with increased output during the pandemic and post-pandemic period. The production is concentrated in public higher education institutions and includes both established researchers and authors with occasional contributions. Thematic trends focus primarily on the relationship between public policies, records management, and digital preservation, alongside issues related to memory, access to information, governance, and rights. It is concluded that the topic is undergoing a process of maturation, although challenges remain regarding institutional implementation and the conceptual consolidation of archival policies.

Keywords: Archival Policies. Records Management. Scientific Production. Archival Science.

RESUMEN

Las políticas archivísticas constituyen instrumentos fundamentales para la gestión de documentos, el acceso a la información y la preservación de la memoria institucional; sin embargo, todavía son escasos los estudios que sistematizan la producción científica dedicada a esta temática. En este contexto, el presente estudio tiene como objetivo mapear y analizar la producción científica sobre políticas archivísticas entre enero de 1991 y enero de 2026, identificando su evolución temporal, las características de autoría e institucionalización, los canales de comunicación y las tendencias temáticas y terminológicas. Se trata de una investigación exploratoria y descriptiva, de enfoque cualitativo y cuantitativo, basada en la articulación de técnicas bibliométricas y análisis de contenido. El levantamiento se realizó en las bases SciELO, BRAPCI y BDTD, mediante estrategias de búsqueda en portugués, inglés y español, resultando en la selección de 38 publicaciones para su análisis. Los resultados muestran un crecimiento progresivo de la producción científica, especialmente a partir de la década de 2010, con una intensificación durante el período pandémico y pospandémico. Se observa una concentración de la producción en instituciones públicas de educación superior, así como la presencia de investigadores de referencia y autores con contribuciones puntuales. Las tendencias temáticas se concentran en la relación entre políticas públicas, gestión de documentos y preservación digital, articulada con cuestiones de memoria, acceso a la información, gobernanza y derechos. Se concluye que la temática se encuentra en proceso de maduración, aunque persisten desafíos relacionados con su implementación institucional y consolidación conceptual.

Palabras clave: Políticas Archivísticas. Gestión de Documentos. Producción Científica. Archivología.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

As políticas arquivísticas constituem-se como instrumentos fundamentais para a gestão de documentos e a garantia do direito à informação no âmbito de instituições públicas e privadas. A forma como essas políticas são construídas, implementadas e monitoradas reflete não apenas o grau de institucionalização da arquivologia, mas também os arranjos político-administrativos que regem as organizações.

Uma política arquivística pode ser compreendida como “um conjunto de ações estratégicas e normativas formuladas pelas instituições com o objetivo de assegurar a gestão eficiente dos documentos, garantir o acesso à informação e preservar a memória organizacional” (Ribeiro e Lima, 2021, p. 112). Ou seja, integra elementos da gestão de documentos, bem como, contempla elementos de preservação documental.

Sob o ponto de vista da práxis social, Jardim (2013) destaca que a formulação de uma política arquivística não constitui, por si só, a garantia de eficácia na gestão de documentos, mas representa um instrumento propiciador para a sua adequada implementação. A mera existência de diretrizes formais não assegura a correta operacionalização dos processos aplicados aos documentos. No entanto, a ausência de uma política arquivística compromete significativamente a efetividade desses processos e, por extensão, da própria preservação dos documentos.

Ao estabelecer diretrizes claras, as políticas arquivísticas organizam o fluxo informacional e também asseguram a integridade e a autenticidade dos registros. Ademais, fortalecem a governança institucional, ao delimitar responsabilidades, instituir mecanismos de controle e viabilizar práticas factíveis de gestão de documentos, tornando-se valiosas fontes de investigação e estudo.

Apesar da crescente relevância das políticas arquivísticas no contexto da gestão de documentos e da governança informacional, observa-se que ainda são escassos os estudos que sistematizem e analisem de forma abrangente a produção científica dedicada a essa temática. Nesse sentido, torna-se pertinente investigar como o tema tem sido abordado na literatura acadêmica, identificando padrões de desenvolvimento, enfoques teóricos predominantes e possíveis lacunas investigativas.

Partindo desse pressuposto, tem-se como objetivo geral mapear a produção científica

sobre políticas arquivísticas no período de janeiro de 1991 a janeiro de 2026, identificando sua evolução temporal, configuração temática e características de institucionalização no campo da arquivologia e áreas correlatas. Como objetivos específicos, busca-se: analisar a evolução temporal da produção científica sobre políticas arquivísticas no período investigado; identificar os periódicos científicos/eventos/programas/universidades, autores, filiações, e contextos geográficos envolvidos na difusão do tema; examinar as características tipológicas e metodológicas das publicações; e analisar os descritores, palavras-chave e vocábulos recorrentes em títulos e resumos, a fim de compreender as tendências conceituais e terminológicas que estruturam o debate científico sobre políticas arquivísticas.

O presente estudo contribui para evidenciar o estágio de desenvolvimento do tema na literatura arquivística, identificando tendências investigativas e apontando lacunas que podem orientar pesquisas futuras. Contribuindo, assim, para o fortalecimento das bases conceituais, estratégicas e práticas que sustentam a atuação dos arquivos na atualidade.

FUNDAMENTOS E DIMENSÕES DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

A compreensão sobre política arquivística exige sua inserção em um campo teórico mais amplo, que envolve as noções de política, administração pública, políticas públicas e políticas de informação. O conceito de política é polissêmico e assume diferentes enfoques conforme a perspectiva adotada. Em sentido estratégico, Jenkins (1978, apud Dagnino, 2002, p. 45) a define como o “conjunto de decisões inter-relacionadas, concernentes à seleção de metas e aos meios para alcançá-las”, evidenciando o seu caráter orientador e prospectivo. Nessa mesma linha, Heclo e Wildavsky (1979, apud Dagnino, 2002, p. 45) concebem a política como uma “teia de decisões que alocam valores e moldam o contexto de decisões futuras”, ressaltando a sua dimensão estruturante.

No âmbito da administração pública, cujo termo é “utilizado para se referir à administração federal, administrações estaduais, administração do Distrito Federal e administrações municipais” (Di Giovanni e Nogueira, 2015, p. 51), a política arquivística se concretiza por meio das políticas públicas, as quais constituem “um tipo específico de ação política” (Di Giovanni; Nogueira, 2015, p. 19). As políticas públicas representam, assim, a institucionalização das decisões políticas, em programas, normas e ações voltadas à governança e à resolução de demandas coletivas.

Com o avanço das tecnologias e a centralidade da informação nas dinâmicas estatais e sociais, consolidam-se as políticas públicas de informação. Andrychuk (2004, apud Jardim, Silva e Nharreluga, 2009, p. 9) as define como o “conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital de informação”, abrangendo a produção, organização, uso e preservação. González de Gómez (1999, p. 2), por sua vez, amplia essa compreensão ao afirmar que as políticas de informação correspondem ao “conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação”, demonstrando a sua dimensão estratégica e política.

Nesse sentido, as políticas arquivísticas podem ser compreendidas como uma vertente das políticas públicas de informação voltadas especificamente à organização, gestão e preservação dos documentos de arquivo. Como observa Jardim (2013, p. 36), “a noção de políticas arquivísticas está longe de constituir um território conceitual denso”, o que demonstra a necessidade de aprofundamento teórico. Ainda assim, podem ser compreendidas como diretrizes estratégicas e normativas que orientam a organização e a execução das atividades arquivísticas. Duranti e Franks (2015) destacam que tais políticas estruturam regras e procedimentos que direcionam estrategicamente as práticas arquivísticas, enquanto Jardim (2003) apresenta a importância delas estarem inseridas no âmbito das agendas estatais e voltadas à produção, uso, preservação e acesso à informação arquivística.

Desse modo, a política arquivística não emerge de forma isolada, mas resulta da integração entre decisões políticas, estruturas administrativas e diretrizes informacionais, convergindo para a gestão de documentos como dimensão operacional de orientações estratégicas.

POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E A GESTÃO DE DOCUMENTOS

A gestão de documentos constitui o eixo técnico-operacional que materializa as diretrizes estabelecidas por uma política arquivística. Conforme a Lei nº 8.159/1991, a gestão de documentos trata-se do conjunto de procedimentos aplicados ao longo do ciclo de vida documental, desde a produção até a destinação final.

Fundamentada na teoria das três idades, definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 160) como a “teoria segundo a qual os arquivos são

considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário”, a gestão de documentos organiza metodologicamente as fases do ciclo vital, atribuindo-lhes racionalidade técnica.

Essa racionalidade também se manifesta nas funções arquivísticas. Rousseau e Couture (1998, p. 265) propõem sete funções fundamentais: criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão, posteriormente acrescidas de mais uma função por Couture *et al.* (2003), a análise de necessidades, a qual corresponde a uma etapa diagnóstica que orienta as demais intervenções. Roncaglio e Manini (2016, p. 29) analisam as funções arquivísticas e consideram que elas são “intervenções que permitem gerenciar eficaz e eficientemente o conjunto de arquivos de uma determinada instituição”. Tais intervenções integram a gestão de documentos e, por conseguinte, devem estar contempladas numa política arquivística.

A relação entre política arquivística e gestão de documentos ocorre, portanto, de modo interdependente. A política estabelece o marco conceitual, normativo e estratégico, enquanto a gestão operacionaliza essas diretrizes por meio de práticas sistemáticas ao longo do ciclo vital. Sem a orientação política, a gestão tende à fragmentação, concomitantemente, sem práticas de gestão, a política permanece apenas no plano formal.

Contudo, como adverte Jardim (2013, p. 48), embora a política arquivística tenda a “legitimar e a “empoderar” significativamente um serviço e uma instituição arquivística”, sua ausência não inviabiliza totalmente a gestão, mas torna “muito mais onerosa a conquista de padrões de eficiência e eficácia”. Essa compreensão torna-se particularmente relevante quando se busca analisar como a temática das políticas arquivísticas tem sido discutida e desenvolvida na literatura científica da área.

Compreender as políticas arquivísticas e a relação com a gestão de documentos torna-se fundamental para analisar como tais diretrizes vêm sendo discutidas e desenvolvidas no campo científico. As políticas arquivísticas apresentam múltiplas nuances teóricas e institucionais, revelando-se um tema de investigação fértil e instigante. Isso porque envolve não apenas aspectos técnicos da gestão de documentos, mas também dimensões políticas, administrativas e informacionais que orientam a organização, o acesso e a preservação dos documentos nas instituições.

Diante da relevância e da complexidade que permeiam essa temática, torna-se pertinente examinar como as políticas arquivísticas vêm sendo discutidas e desenvolvidas na literatura

científica da área. Nesse sentido, este estudo apresenta um levantamento das produções científicas voltadas às políticas arquivísticas, com o objetivo de identificar tendências, enfoques teóricos e possíveis lacunas na literatura. Ao sistematizar essa produção, busca-se contribuir para o aprofundamento das discussões acerca do papel das políticas arquivísticas na consolidação da gestão de documentos. Além disso, compreender a configuração dessa produção científica permite evidenciar o grau de maturidade teórica e os caminhos investigativos que têm orientado os estudos sobre políticas arquivísticas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentado em técnicas de bibliometria associadas à análise de conteúdo, com vistas a mapear a produção científica sobre políticas arquivísticas.

Para o levantamento e a consulta foram delimitadas as seguintes bases e publicações descritas no quadro a seguir.

Quadro 1: delimitação das bases de dados e tipos das publicações.

BASE	TIPO DE PUBLICAÇÃO
<i>Scientific Electronic Library Online</i> (SciELO)	Artigos científicos
Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)	Artigos científicos, trabalhos em eventos
Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD)	Teses e dissertações

Fonte: elaboração própria (2026).

As bases foram selecionadas em razão de sua relevância e representatividade para a produção científica nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação. A SciELO, por exemplo, é uma biblioteca virtual de acesso aberto, que abarca artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, e de acordo com Marques (2017, p. 46) “estar na base da SciELO é fortemente valorizado como critério de qualidade para o periódico”. Já a BRAPCI é uma base digital brasileira conhecida por se dedicar a armazenar exclusivamente a literatura científica na área de Ciência da Informação em nível nacional e internacional, englobando um expressivo número de publicações em periódicos brasileiros e estrangeiros, incluindo artigos de periódicos científicos, trabalhos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros. E a BDTD é a biblioteca digital nacional responsável por manter indexadas as teses e dissertações brasileiras, sendo uma importante base para os pesquisadores.

A seleção dessas bases permitiu abranger diferentes tipologias de produção científica, incluindo artigos de periódicos, trabalhos em eventos e pesquisas acadêmicas de pós-graduação, possibilitando uma visão abrangente da literatura sobre políticas arquivísticas. No entanto, cabe salientar que o estudo se limita às publicações indexadas nas bases de dados selecionadas, podendo haver produções relevantes sobre políticas arquivísticas que não foram recuperadas em razão de estarem em outras bases que não foram averiguadas.

A estratégia de busca contemplou descritores equivalentes nos idiomas português, inglês e espanhol, incluindo as variações terminológicas sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 2: termos utilizados para o levantamento das publicações.

TERMO EM PORTUGUÊS	TERMO EM INGLÊS	TERMO EM ESPANHOL
Política arquivística Políticas arquivísticas	Archival policy Archival policies	Política archivística Políticas archivísticas
Política pública arquivística Políticas públicas arquivísticas	Public archival policy Public archival policies	Política archivística pública Políticas archivísticas públicas
Política de arquivo Políticas de arquivo Políticas de arquivos	Archival policy Archival policies Archival policies	Política archivística Políticas archivísticas Política archivística
Política pública de arquivo Políticas públicas de arquivos	Public archival policy Public archival policies	Política pública de archivos Políticas públicas de archivos
Política de informação Políticas de informação	Information policy Information policies	Política de información Políticas de información
Política informacional Políticas informacional	Information policy Information policies	Política de información Políticas de información

Fonte: elaboração própria (2026).

Os termos foram selecionados por sua aderência conceitual ao tema investigado. Para a recuperação das publicações nas bases selecionadas, as estratégias de busca foram adaptadas às especificidades de cada base de dados, utilizando combinações entre descritores e operadores booleanos. Utilizou-se, por exemplo: “políticas arquivísticas” OR “archival policies” OR “políticas de archivos”, bem como associações com termos correlatos, como “gestão de documentos” AND “records management”.

Com o objetivo de recuperar o maior número de publicações disponíveis, estabeleceu-se o recorte temporal de 35 anos (de janeiro de 1991 a janeiro de 2026), coincidindo com o período da promulgação da Lei nº 8.159, conhecida como a Lei de Arquivos brasileira de 08 de janeiro de 1991. Tal Lei dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos e, conforme enfatiza Jardim (2013), deveria conjuntamente com o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) fortalecer a construção, o desenvolvimento e a implantação de políticas arquivísticas institucionais no Brasil.

A coleta de dados nas bases selecionadas foi realizada em fevereiro de 2026. Como critérios de inclusão, adotaram-se publicações com o texto completo disponível e a aderência temática relacionada a políticas arquivísticas. Foram excluídas as publicações duplicadas, sem relação direta com o objeto de estudo e, nos casos de duplicidade entre artigo científico, trabalho em anais de eventos, tese ou dissertação de mesma autoria, priorizou-se o trabalho acadêmico original.

Após as delimitações supracitadas, deu-se início às quatro fases sugeridas por Grant e Booth (2009) para se alcançar resultados satisfatórios em um levantamento: busca, avaliação, análise e síntese. A busca foi realizada com base nos critérios pré-estabelecidos e a avaliação ocorreu por meio das leituras dos resumos. No quadro a seguir apresenta-se a síntese desse processo inicial.

Quadro 3: processo de identificação e seleção das publicações.

BASE DE DADOS	IDENTIFICADOS	EXCLUÍDOS (TEMA)	EXCLUÍDOS (DUPLICIDADE)	FINAL (ANALISADOS)
SciELO	13 artigos	7 artigos	3 artigos (repetidos na BRAPCI)	3 artigos
BRAPCI	144 (116 artigos e 28 trabalhos em eventos)	115 (96 artigos e 19 trabalhos em eventos)	2 trabalhos em eventos (repetidos dentro da BRAPCI)	27 (20 artigos e 7 trabalhos em eventos)
BDTD	30 (24 dissertações e 6 teses)	22 (19 dissertações e 3 teses)	0	8 (5 dissertações e 3 teses)
TOTAL	187	144	5	38

Fonte: elaboração própria (2026).

Após a seleção das publicações, os dados foram sistematizados em planilha eletrônica elaborada no software Microsoft Excel para fins de organização e análise. Para cada publicação selecionada foram registradas as seguintes variáveis: ano de publicação, base de dados, periódico/evento/programa/universidade de indexação, autoria, filiação institucional dos autores, tipo de publicação (artigo científico, trabalho em evento, dissertação ou tese), bem como os elementos textuais correspondentes a títulos, palavras-chave e resumos. Essas variáveis permitiram estruturar o corpus analítico da pesquisa e subsidiaram a aplicação dos procedimentos bibliométricos e da análise de conteúdo.

A análise quantitativa foi conduzida por meio de indicadores bibliométricos, possibilitando examinar a evolução temporal da produção científica, bem como sua distribuição por periódicos/eventos/programas/universidades, autores, instituições e tipos de publicação.

Complementarmente, realizou-se análise qualitativa de conteúdo aplicada aos títulos, resumos e palavras-chave das publicações selecionadas, conforme os procedimentos de análise de conteúdo propostos por Bardin (2011), envolvendo etapas de leitura exploratória, categorização temática e interpretação dos dados, com o objetivo de identificar vocábulos recorrentes, categorias temáticas e tendências conceituais presentes na literatura científica sobre políticas arquivísticas.

Para assegurar um maior rigor analítico, os dados foram submetidos a procedimentos de organização, categorização e interpretação sistemática. Inicialmente, realizou-se a tabulação das informações coletadas nas bases de dados selecionadas, permitindo a identificação de padrões quantitativos da produção científica. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica dos títulos, resumos e palavras-chave das publicações, com o objetivo de identificar recorrências terminológicas, enfoques temáticos e tendências conceituais relacionadas às políticas arquivísticas. Esse processo possibilitou a articulação entre os indicadores bibliométricos e as categorias temáticas emergentes, permitindo compreender a evolução quantitativa da literatura e também as perspectivas teóricas que estruturam o debate científico sobre o tema.

Os procedimentos adotados permitem a replicabilidade metodológica do estudo em outros recortes temporais ou bases de dados, contribuindo para o acompanhamento da evolução da produção científica sobre políticas arquivísticas.

Os dados foram sintetizados e interpretados de forma integrada, articulando os resultados bibliométricos às categorias temáticas identificadas por meio da análise de conteúdo. Esse procedimento permitiu evidenciar padrões de institucionalização da temática, movimentos de consolidação e possíveis lacunas na produção científica. Para fins de organização e apresentação dos resultados, estabeleceram-se cinco categorias analíticas: 1. evolução temporal da produção científica; 2. distribuição das publicações por bases de dados e tipos; 3. autoria e filiação institucional dos pesquisadores; 4. periódicos e canais de comunicação científica predominantes; 5. tendências temáticas e terminológicas identificadas em títulos, palavras-chave e resumos.

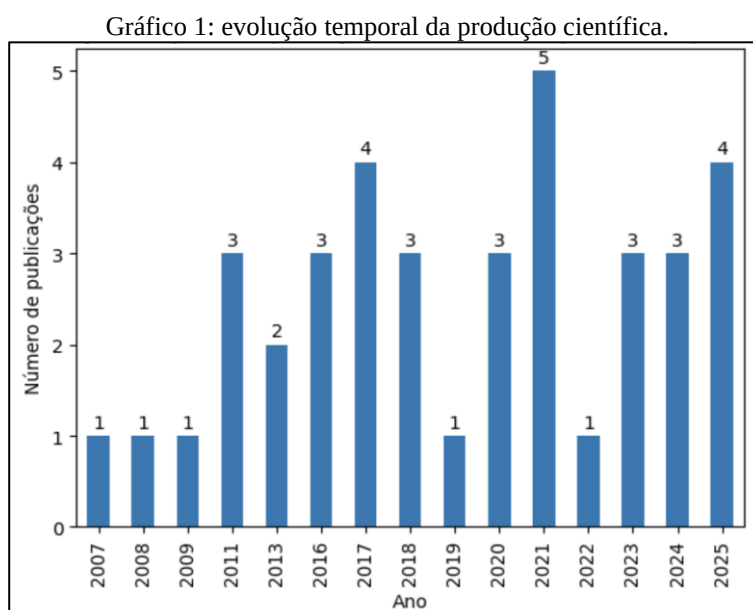
Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados possibilitaram a construção de um panorama sistematizado da produção científica sobre políticas arquivísticas no período investigado. A articulação entre os indicadores bibliométricos e a análise qualitativa de conteúdo permitiu examinar tanto a evolução quantitativa das publicações quanto os enfoques temáticos e conceituais presentes na literatura da área. Esta abordagem possibilita compreender como o tema vem sendo desenvolvido, mostrando padrões de produção, atores institucionais envolvidos e tendências de investigação. Com base nessa abordagem metodológica, os resultados obtidos são

apresentados e discutidos na seção a seguir.

RESULTADOS

No total foram analisadas e sintetizadas 38 publicações. Cabe destacar que houve limitações inerentes ao recorte, sobretudo no que concerne ao período temporal e a literatura internacional. O período delimitado foi de janeiro de 1991 a janeiro de 2026. No entanto, não foram identificadas publicações nas bases consultadas entre os anos de 1991 e 2006. A primeira publicação recuperada está datada de 2007, o que evidencia que a produção científica sobre políticas arquivísticas, no escopo das bases analisadas, passa a se manifestar a partir do final da década de 2000.

Quanto à evolução temporal, o crescimento vem ocorrendo de forma gradual, ainda que com algumas oscilações no número de publicações anuais, conforme é possível observar no gráfico a seguir.



Fonte: elaboração própria (2026).

Os primeiros registros concentram-se entre 2007 e 2009, com uma publicação por ano, respectivamente, correspondendo individualmente a 2,6% do total das publicações. A partir da década de 2010 observa-se uma ampliação progressiva. Em 2011, ano em que coincide com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), foram registradas 3 publicações (7,9%), indicando um primeiro momento de expansão da produção científica.

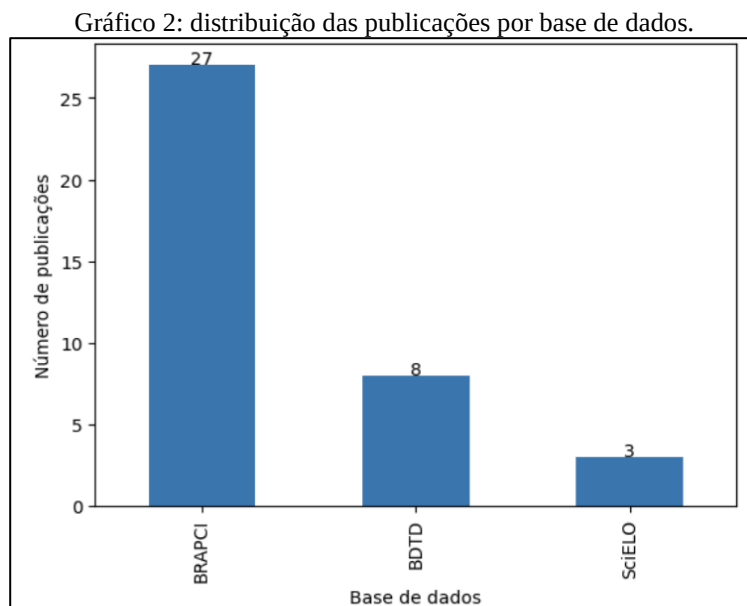
Entre 2016 e 2018 há uma intensificação, com 10 publicações, correspondendo a 26,3%. Esse período que evidencia a maior consolidação das discussões acadêmicas relacionadas às políticas arquivísticas.

Contudo, o maior volume anual de publicações ocorre em 2021, com 5 trabalhos (13,2%). Esse resultado pode estar relacionado ao fortalecimento das discussões acerca da governança da informação, da gestão de documentos digitais, da preservação digital e da formulação de políticas institucionais de informação e de arquivos. Tais temáticas têm assumido uma crescente relevância nas agendas de pesquisa da arquivologia e de áreas correlatas como a Ciência da Informação, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19 e no período subsequente. Nesse cenário, o uso intensivo de tecnologias e de ambientes digitais tornou-se uma necessidade urgente para as instituições públicas e privadas em todo o mundo, o que contribuiu para impulsionar reflexões acadêmicas sobre a organização, a gestão e a preservação de documentos em meio digital.

Nos anos mais recentes, manteve-se um nível relativamente estável de produção científica, com 3 publicações em 2023 (7,9%), 3 em 2024 (7,9%) e 4 em 2025 (10,5%). Considerando especificamente o período pandêmico e pós-pandêmico (2020-2025), identifica-se 19 publicações, o que corresponde a 50% de toda a produção analisada, o que indica um crescimento do interesse acadêmico pelo tema nos últimos anos.

Nesse contexto, o processo de intensificação da transição do documento analógico para o digital pode ser considerado como um fator relevante, uma vez que ampliou os desafios relacionados à gestão, preservação e acesso à informação, por conseguinte, estimulando pesquisadores a aprofundarem e disseminarem investigações sobre políticas arquivísticas.

No que tange à distribuição das publicações por bases de dados e respectivos tipos, os resultados obtidos permitem compreender o papel das bases selecionadas para a recuperação da produção científica sobre políticas arquivísticas no período analisado. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo da distribuição das publicações por respectiva base de dados.



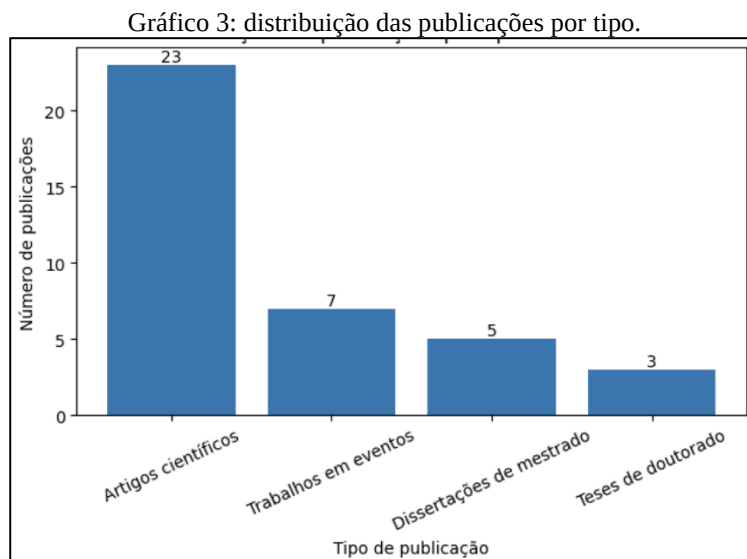
Fonte: elaboração própria (2026).

A BRAPCI concentra a maior parte da produção científica identificada, com 27 publicações, correspondendo a 71,1% do total analisado. Esse resultado demonstra a relevância da base enquanto repositório de literatura científica na área da Ciência da Informação e da Arquivologia, consolidando-se como uma importante fonte de recuperação dos estudos acerca da temática.

A BDTD apresenta 8 publicações (21,1%) do total identificado, o que indica que uma parte relevante das investigações sobre políticas arquivísticas vem sendo desenvolvida no âmbito de programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

A base SciELO, por sua vez, reúne 3 publicações exclusivas e que não se encontram na BRAPCI, correspondendo a 7,9% do conjunto analisado. Embora represente um baixo quantitativo de publicações, a presença de estudos nessa base indica que o tema também tem sido difundido em periódicos científicos de maior visibilidade e de circulação internacional, como é o caso dos periódicos indexados na base SciELO.

No que se refere aos tipos de publicação, tem-se a predominância de artigos científicos, com 23 publicações, correspondendo a 60,5% do total analisado, como mostra o gráfico a seguir.

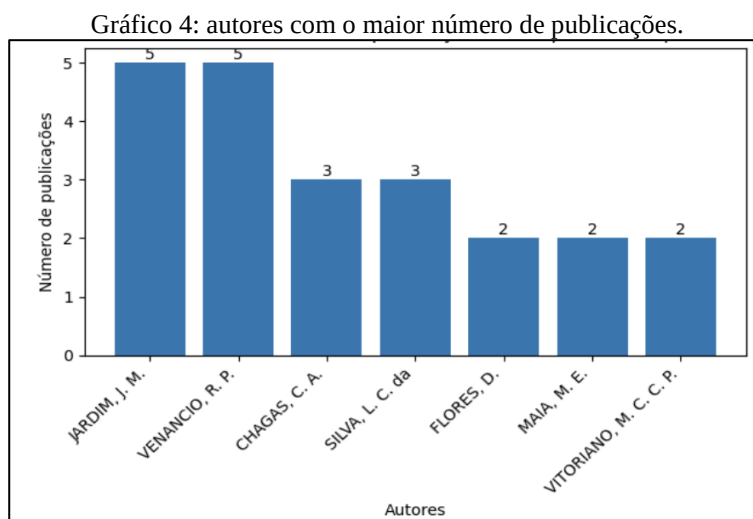


Fonte: elaboração própria (2026).

Em seguida, tem-se 7 trabalhos publicados em eventos científicos, correspondendo a 18,4%. A presença significativa desse tipo de publicação demonstra a importância dos eventos, como espaços para o debate, a difusão e o amadurecimento das pesquisas no campo da arquivologia.

Concomitantemente, no âmbito da produção em nível *stricto sensu*, foram identificadas 5 dissertações de mestrado (13,2%) e 3 teses de doutorado (7,9%), totalizando 21,1% das publicações. Tal resultado demonstra que os programas de pós-graduação, ainda que com baixa incidência, vêm desempenhando um papel relevante no desenvolvimento das investigações. Ou seja, assim como os artigos e trabalhos em eventos se tratam de recortes de estudos e de investigações, dissertações e teses são publicações que também demonstram estar contribuindo para o avanço teórico e metodológico da temática, e se destacam pelo fato de abordarem as políticas arquivísticas de forma mais aprofundada.

Dentre a autoria, a maioria dos autores possui apenas uma publicação. Das 38 produções analisadas, constatou-se 60 autorias distintas no total (incluindo coautores), sendo que alguns aparecem em mais de uma publicação. No gráfico a seguir é possível observar os principais autores que tratam do tema.



Fonte: elaboração própria (2026).

Entre os autores com o maior número de publicações destacam-se José Maria Jardim e Renato Pinto Venancio, ambos com 5 publicações, correspondendo individualmente a 6,7% do total identificado. A recorrência desses dois autores permite inferir a relevância deles na consolidação das discussões teóricas e analíticas voltadas às políticas arquivísticas.

Na sequência, destacam-se Cintia Aparecida Chagas e Luis Carlos da Silva, com 3 publicações cada (4,0%). Outros pesquisadores como Daniel Flores, Manuela Eugênio Maia, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano aparecem como autores em 2 (2,7%) das publicações.

Os demais aparecem como autores ou coautores em apenas uma publicação, totalizando 53 pesquisadores, entre os quais se destacam: Nascimento, A. de O.; Volpin Júnior, M.; Silva, W.; Carpes, F. S.; Castanho, D. M.; Corrêa, R. F.; Euzebio, I. L.; Gerlin, M. N. M.; Gerbasi, N. T. O. D.; Gottschalg-Duque, C.; Alves, F. M.; Vargas, L. R. de; Machado, L. G.; Santarem, L. A.; Grácio, J. C. A.; Rodriguez, S. M. T.; Madio, T. C. C.; Brega, J. R. F.; Moraes, M. B.; Oliveira, R. T.; Quintana, A. G.; Chaves, M.; Roncaglio, C.; Nogueira, R. de F.; Rosa, R. A. M.; Costa, T. de A.; Santos Junior, M. L.; Silva, A. R.; Silva, A. S.; Mello, R. C.; Costa, R. P. F.; Miguel, M. C.; Silva, W. A.; Santos, P. K.; Carvalho, J. L. A.; Rodrigues, A. C.; Mattos, R.; Garcez, I. J.; Nóbrega, B. P. A. da; Rocha, E. F. da; Souza, G. da S.; Barrancos, J. E.; Durce, C.; Goulart, M. A. P.; Santos, D. L. dos; Leão, M. A. da C.; Araújo, P. G. de; Bueno, D. A. C.; Gomes, D.

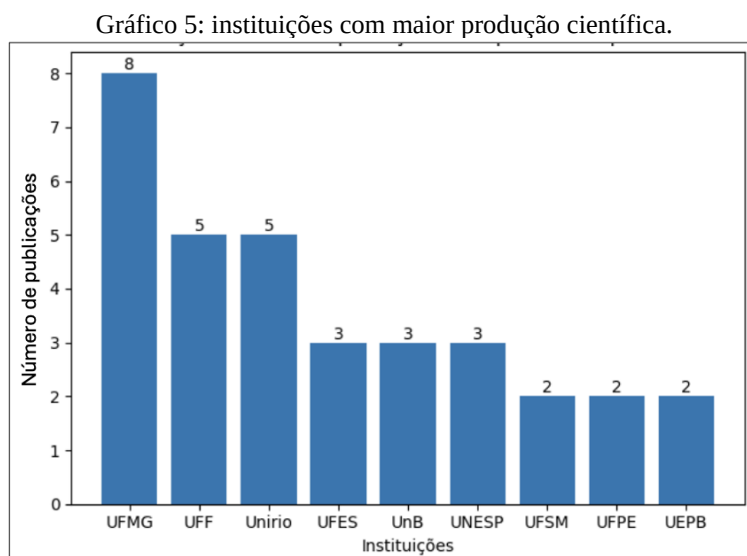
Considerando a predominância de autores com apenas uma publicação pode-se afirmar que há uma dispersão da produção científica, na qual um número expressivo de autores contribui de forma pontual para o desenvolvimento da temática.

Essa configuração pode ser interpretada à luz da Lei de Lotka (1926), amplamente utilizada em estudos sobre produtividade científica, segundo a qual um número reduzido de autores tende a produzir maior quantidade de trabalhos acerca de determinado tema, enquanto a maioria apresenta menor frequência de publicação. Embora existam autores que se destacam pela recorrência de publicações, a produção encontrada se mostra majoritariamente investigada por uma pluralidade de pesquisadores que não se detém a aprofundar o estudo a longo prazo.

Cabe salientar que a diversidade de autorias inclui pesquisadores vinculados a diferentes instituições, além da presença de publicações desenvolvidas em coautoria entre pesquisadores da mesma instituição e também de instituições diferentes.

Em síntese, os resultados indicam que a produção científica se caracteriza por uma concentração moderada de alguns pesquisadores de referência, combinada com a participação de autores ocasionais. No entanto, seja de forma ativa ou esporádica, ao tratar do tema e difundi-lo, os envolvidos contribuem, em alguma medida, para o avanço das discussões teóricas e práticas.

No que se refere à filiação, foram identificadas 41 instituições associadas aos 60 autores (incluindo coautores). As instituições com a maior produção científica podem ser observadas no gráfico a seguir.



Fonte: elaboração própria (2026).

Predominaram as instituições públicas de ensino superior, especialmente as universidades federais. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se destaca como a instituição com a maior participação na produção analisada, com 8 publicações de autores filiados a ela (19,5%), o

que demonstra a sua relevância no desenvolvimento das pesquisas relacionadas às políticas arquivísticas.

Na sequência, aparecem a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), ambas com 5 ocorrências (12,2%). Também se destacam a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), cada uma com 3 ocorrências (7,3%). E com 2 ocorrências (4,9%) encontram-se a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

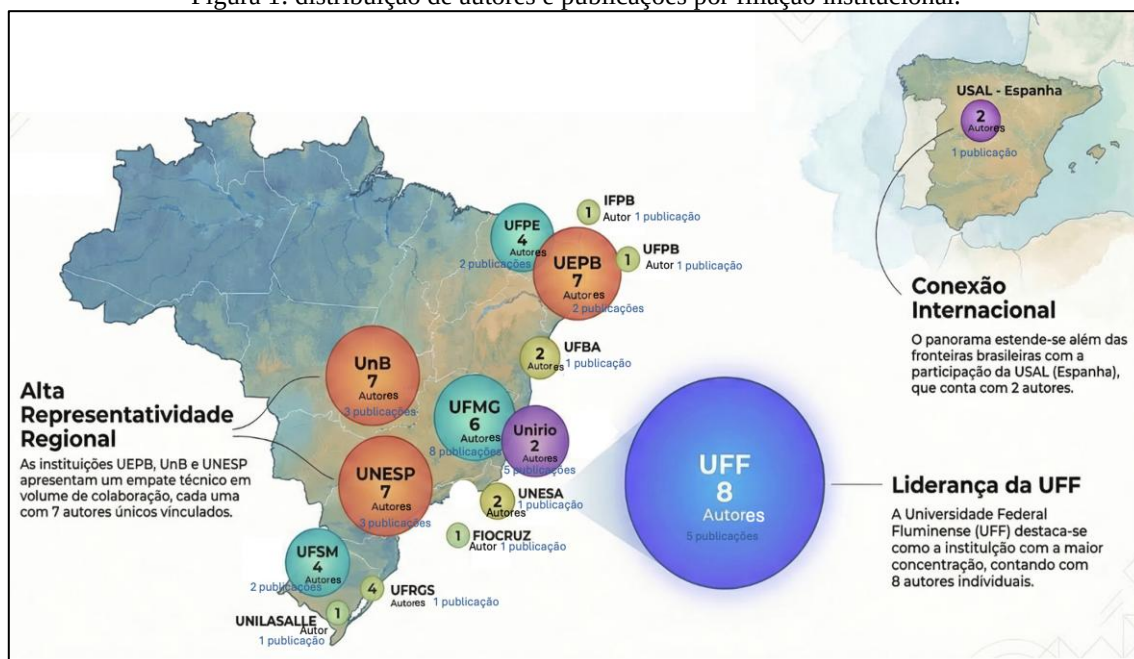
Já as instituições com apenas 1 ocorrência (2,4%) foram as seguintes: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estácio de Sá (UNESA), Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade de Salamanca (USAL), da Espanha.

Um fato que chama a atenção é que a produção científica sobre políticas arquivísticas está fortemente concentrada nas universidades públicas federais e estaduais brasileiras, principalmente naquelas que ofertam cursos de graduação em arquivologia, tais como a UFMG, UFF, UNIRIO, UnB, UFES, UFSM, UFRGS, UFBA, UFPB, UNESP e UEPB. Ademais, observa-se a participação de outras instituições de ensino como o IFPB e a UNILASALLE, além da FIOCRUZ, considerada como a maior instituição de pesquisa biomédica da América Latina.

Não obstante, tem-se a presença de uma publicação de autores filiados à USAL da Espanha, a qual possui uma larga tradição nos estudos voltados à documentação e informação, sendo a única instituição estrangeira que consta nos resultados. Evidente que devem existir outras instituições em âmbito mundial que vêm tratando do tema, porém, tendo em vista os critérios definidos para este levantamento, elas não foram abarcadas.

A diversidade de filiações institucionais encontradas trata-se de um reflexo da ampliação do interesse pelo tema e de sua consolidação progressiva como objeto de investigação, sobretudo no Brasil. Na figura a seguir é possível visualizar a distribuição geográfica dos autores e publicações por respectiva filiação institucional.

Figura 1: distribuição de autores e publicações por filiação institucional.



Fonte: elaboração própria (2026).

Com base na figura acima, observa-se que a UFF se destaca como o principal polo de produção, com 8 autores e 5 publicações, evidenciando alta concentração e liderança de autorias no campo. As contribuições são de Carvalho *et al.* (2024), Bueno (2019) e Gomes (2025), além de produção em colaboração interinstitucional com a UNIRIO, no trabalho de Jardim e Garcez (2017), o que reforça a inserção da UFF em redes acadêmicas.

Em seguimento, a UnB, com 7 autores e 3 publicações, apresenta uma produção diversificada e colaborativa, de Gottschalg-Duque e Alves (2020), Roncaglio *et al.* (2024) e Durce (2013), demonstrando articulação entre diferentes pesquisadores no âmbito institucional.

A UNESP também com 7 autores e 3 publicações, evidencia continuidade temática e consolidação de grupos de pesquisa, com Grácio *et al.* (2020), Silva e Vitoriano (2021) e Vitoriano (2021), destacando recorrência autoral e aprofundamento das investigações.

A UEPB, com 7 autores e 2 publicações, apresenta produção relevante com Gerbasi *et al.* (2023) e Nóbrega *et al.* (2025), caracterizada por trabalhos coletivos e diversidade de autorias.

Já a UFMG conta com 6 autores e 8 publicações, demonstrando forte recorrência de autores e continuidade de pesquisa, com Nascimento e Volpin Júnior (2025), Chagas e Venancio (2016; 2017), Venancio (2022), Leão (2021) e Silva (2020). Destaca-se ainda a coautoria interinstitucional com a UFES em Silva e Venancio (2018), evidenciando uma articulação entre as duas instituições.

A UFSM, por sua vez, possui 4 autores com 2 publicações, de Silva e Flores (2018) e Carpes e Castanho (2011). Do mesmo modo a UFPE, conta com 4 autores e 2 publicações, se destacando pela coautoria interinstitucional com a UFF em Dorneles *et al.* (2023), além da produção individual de Santos (2025), evidenciando tanto colaboração quanto contribuição própria. Além disso, a UFES também conta com 4 autores e 2 publicações, apresenta trabalhos coletivos como Euzebio *et al.* (2023) e Silva *et al.* (2021), além de colaboração com a UFMG em Silva e Venancio (2018), reforçando a integração entre grupos de pesquisa.

Já a Unirio, possui apenas 2 autores, mas 5 publicações, evidenciando uma forte concentração autoral, especialmente com Jardim (2008; 2009; 2011; 2013), ademais da coautoria com a UFF em Jardim e Garcez (2017), indicando o protagonismo individual de Jardim ao tratar da temática, aliado à colaboração institucional.

Outras instituições apresentam menor volume, mas contribuições relevantes, como a FIOCRUZ, com Oliveira (2011); o IFPB, com Santos Junior (2018); a UFBA, com Silva e Mello (2021); a UNESA, com Silva e Santos (2007); o UNILASALLE, com Goulart (2016); a UFPB, com Araújo (2024); e a UFRGS, com Goulart *et al.* (2017).

No âmbito internacional, destaca-se a USAL, com Quintana e Chaves (2017), evidenciando a inserção do debate acerca do tema em contexto transnacional, ainda que de forma pontual.

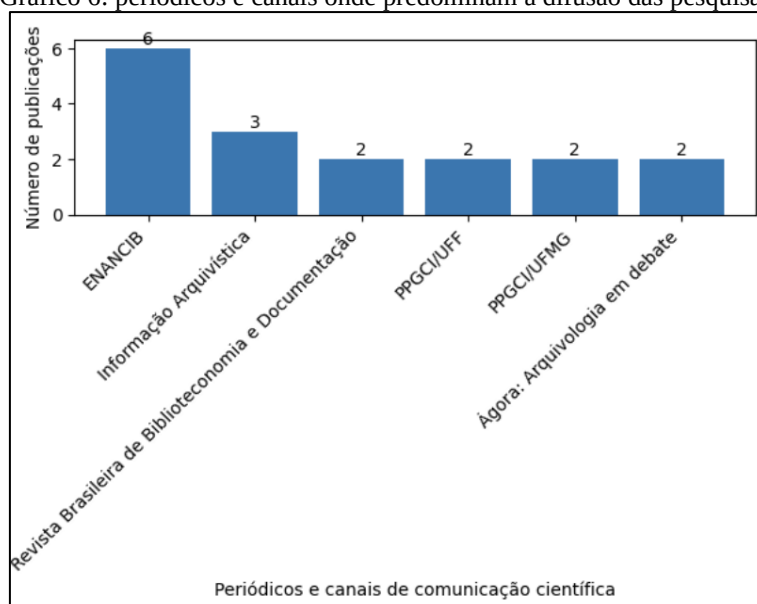
Em síntese, constata-se que a produção científica sobre políticas arquivísticas no Brasil apresenta forte concentração de autorias situadas em instituições públicas, especialmente universidades federais, com destaque para a UFF, que atua como núcleo central de autores que tratam do tema. Observa-se também a formação de redes de colaboração interinstitucionais, evidenciadas pelas coautorias entre diferentes universidades, como UFF–Unirio, UFPE–UFF e UFES–UFMG, indicando que a produção do campo não ocorre de forma isolada, mas sim por meio de conexões acadêmicas que potencializam a circulação de saberes acerca do tema.

Adicionalmente, a recorrência de determinados autores, como Jardim e Venancio, sugere a consolidação de lideranças intelectuais que vêm contribuindo para a continuidade, aprofundamento e disseminação das discussões. Outro aspecto relevante é perceptível ao visualizar a distribuição regional de autorias e publicações, evidencia-se a maior densidade de produção nas regiões Sudeste e Nordeste.

Por fim, a presença, ainda que pontual, de colaboração internacional indica um movimento inicial de inserção do tema em debates globais, reforçando o potencial de internacionalização da temática.

Quanto aos periódicos e canais de comunicação científica utilizados para a divulgação das pesquisas, identificou-se a presença de diferentes meios de circulação do conhecimento científico, incluindo periódicos, eventos científicos e produções vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu*. O gráfico a seguir mostra os periódicos e canais em que mais são difundidas as pesquisas.

Gráfico 6: periódicos e canais onde predominam a difusão das pesquisas.



Fonte: elaboração própria (2026).

O principal canal de disseminação é o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) (2008, 2011, 2016, 2017, 2018 e 2024), com 6 publicações, correspondendo a 15,8% das produções analisadas. Para além da difusão da temática das políticas arquivísticas, esse dado aponta a relevância dos eventos científicos como espaço de debate e circulação das pesquisas desenvolvidas no campo da Arquivologia e da Ciência da Informação.

Entre os periódicos científicos, a revista Informação Arquivística contempla 3 publicações, correspondendo a 7,9%. A presença de estudos nesse periódico indica, principalmente, a sua abertura como um espaço de divulgação de estudos relacionados à gestão de documentos e às políticas arquivísticas.

Outros canais como a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, a Revista *Ágora: Arquivologia em debate*, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, apresentam 2 publicações cada, correspondendo a 5,3% das publicações analisadas.

Os demais periódicos e canais de comunicação científica aparecem com 1 publicação cada, correspondendo a 2,6%, entre eles estão os periódicos: *Em Questão*; *Perspectivas em Ciência da Informação*; *Brazilian Journal of Information Science: research trends*; *Ponto de Acesso*; *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*; *Informação & Informação*; *Ciência da Informação*; *Revista Eletrônica de Comunicação*; *Informação e Inovação em Saúde*; *Archeion Online*; *Revista do Arquivo*; *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*; *Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo*; e *Arquivística.net*. Também aparece 1 trabalho publicado no Seminário de Informação, Tecnologia e Inovação, além de 1 pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE e outra ligada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPE.

A participação desses canais demonstra que a temática vem sendo tratada e difundida tanto somente por meio de artigos publicados em periódicos científicos e trabalhos em eventos da área, como em pesquisas mais densas a nível de mestrado e doutorado desenvolvidas no âmbito da pós-graduação. Um fato interessante, no entanto, é que nenhuma das publicações dos trabalhos em eventos ou dos artigos científicos encontrados menciona se tratar de estudos resultantes de dissertações ou teses, o que indica que as pesquisas desenvolvidas em dissertações e teses carecem de uma difusão que seja mais explorada no meio acadêmico e científico.

Por fim, a análise das tendências terminológicas e temáticas foi realizada a partir das palavras-chave e dos resumos, permitindo identificar os principais conceitos, abordagens e eixos de investigação relacionados às políticas arquivísticas.

Ao todo foram identificadas 54 ocorrências de palavras-chave, distribuídas entre diferentes termos que expressam uma diversidade de terminologias e de articulações com o tema. No gráfico a seguir é possível observar as ocorrências dos termos mais encontrados entre as palavras-chave.

Gráfico 7: principais termos encontrados nas publicações sobre políticas arquivísticas.



Fonte: elaboração própria (2026).

O termo políticas arquivísticas aparece com 10 ocorrências, correspondendo a 18,5% do total, configurando-se como o principal núcleo conceitual das pesquisas. Na sequência, destacam-se os termos gestão de documentos e política arquivística, ambos com 8 ocorrências cada, correspondendo a 14,8%.

Os termos política pública arquivística e políticas públicas apresentam 5 ocorrências cada (9,3%). Outros termos relevantes incluem gestão documental, políticas de informação e arquivologia, com 4 ocorrências cada (7,4%). E os termos preservação digital e políticas de arquivo aparecem com 3 ocorrências cada (5,6%).

A análise das palavras-chave evidencia que a produção científica se concentra nas políticas arquivísticas como núcleo central de investigação, abrangendo suas dimensões de formulação, implementação e avaliação. A forte presença de termos relacionados à gestão de documentos e gestão documental reforça o seu papel como eixo estruturante dessas políticas, diretamente associado aos processos de organização e uso dos documentos. Além disso, a incidência de termos vinculados às políticas públicas demonstra a inserção do tema em um contexto mais amplo da administração pública, exigindo uma articulação entre a arquivologia e as estruturas político-administrativas institucionais. Observa-se ainda a incorporação de diferentes perspectivas teóricas e informacionais, ampliando o debate para além do campo técnico, bem como a presença de discussões voltadas aos desafios tecnológicos, especialmente no que se refere à produção de documentos digitais e à preservação de longo prazo.

Em seguimento, por meio da análise dos resumos foi possível aprofundar a compreensão das tendências terminológicas e temáticas. A figura a seguir sistematiza os termos e articulações relacionadas às políticas arquivísticas.

Figura 2: sistematização dos termos e articulações voltadas às políticas arquivísticas.



Fonte: elaboração própria (2026).

A figura apresenta uma representação integrada das políticas arquivísticas no contexto da arquivologia e da Ciência da Informação, demonstrando as suas múltiplas dimensões e inter-relações. Na composição destacam-se as políticas arquivísticas como o eixo estruturante, articuladas à gestão de documentos, à preservação digital e às políticas de informação, que, em conjunto, sustentam a organização, o acesso e a preservação dos documentos ao longo do tempo. Observa-se ainda a incorporação de elementos contemporâneos, como transformação digital, autenticidade da informação, governança informacional e sustentabilidade, representada pela Agenda 2030, indicando a ampliação do escopo das práticas arquivísticas. Também se evidencia a inserção das políticas arquivísticas em contextos institucionais diversos, como universidades, órgãos públicos e ambientes de memória social, reforçando o papel estratégico que possui na garantia do acesso à informação, na preservação da memória institucional e na promoção da transparência e dos direitos humanos.

Dessa forma, a figura sintetiza, de maneira sistêmica, a complexidade e a transversalidade que caracterizam o desenvolvimento do tema políticas arquivísticas.

Considerando a diversidade de termos e articulações, ao agrupar as publicações analisadas é possível segmentá-las em três eixos temáticos predominantes: 1. políticas públicas arquivísticas e a sua implementação no contexto na administração pública; 2. gestão de documentos como instrumento fundamental para a efetivação das políticas arquivísticas; 3. preservação digital e acesso à informação.

No primeiro eixo destacam-se os estudos de Jardim (2013), que discute a ausência de uma política nacional de arquivos efetivamente consolidada no Brasil, e Venancio (2022), que analisa o papel das políticas arquivísticas no contexto dos direitos humanos e da gestão de documentos em cenários de transição política. Chagas (2016) problematiza as inconsistências conceituais e normativas na regulação do acervo acadêmico pelo Ministério da Educação, evidenciando as lacunas existentes na formulação da política pública arquivística. Nascimento e Volpin Júnior (2025) também abordam a regulação do acervo acadêmico no âmbito do ensino superior, destacando fragilidades conceituais e operacionais. Quintana e Chaves (2017) analisam a percepção dos arquivistas sobre a política nacional de arquivos em universidades federais, enquanto Santos Junior (2018) investiga a implementação de políticas arquivísticas no âmbito da administração pública. Araújo (2024) discute a aplicação de políticas arquivísticas no contexto institucional, apresentando os desafios relacionados à sua efetivação, e Gomes (2025) aborda a construção de políticas arquivísticas no cenário contemporâneo. Rodriguez (2020), Barrancos (2025), Rocha (2025) e Souza (2025) tratam da relação entre políticas arquivísticas, acesso à informação e estrutura institucional, salientando a necessidade de alinhamento entre diretrizes normativas e práticas organizacionais.

No segundo eixo, que trata da gestão de documentos como instrumento fundamental para a efetivação das políticas arquivísticas, Silva (2020) analisa a gestão de documentos como elemento central para garantir o acesso à informação no contexto da administração pública. Goulart, Vargas, Machado e Santarem (2017) discutem a gestão de documentos como suporte à tomada de decisão e à inteligência organizacional. Maia (2023) aborda a gestão de documentos no contexto institucional, destacando a sua importância para a organização e recuperação da informação. Dorneles, Corrêa e Flores (2023) analisam práticas de gestão documental em ambientes organizacionais, evidenciando dificuldades na implementação de instrumentos arquivísticos. Gerbasi, Dorneles e Maia (2023) discutem os desafios relacionados à aplicação de normas e instrumentos de gestão documental. Roncaglio et. al (2024) tratam da gestão documental no contexto institucional, evidenciando sua relação com a estrutura organizacional.

Miguel (2021), Santos (2025), Leão (2021) e Bueno (2019) abordam a gestão de documentos em diferentes contextos administrativos, destacando suas limitações e potencialidades. Os estudos de Silva e Vitoriano (2021), Silva e Mello (2021), Silva, Costa e Miguel (2021) e Silva e Santos (2007) reforçam a centralidade da gestão documental na operacionalização das políticas arquivísticas.

No terceiro eixo, relacionado à preservação digital e ao acesso à informação, Flores (2018) analisa a inexistência de políticas de preservação digital em instituições públicas brasileiras, evidenciando a fragilidade na implementação dessas diretrizes. Vitoriano (2021) discute a preservação documental como condição para garantir o acesso e o uso da informação ao longo do tempo. Euzebio, Gerlin e Silva (2023) investigam estratégias de preservação digital em instituições públicas, enquanto Gottschalg-Duque e Alves (2020) propõem um modelo para elaboração de políticas de preservação digital em instituições de ensino superior. Carvalho, Rodrigues e Mattos (2024) analisam a digitalização de documentos e sua relação com a política arquivística no contexto municipal, e Mello (2021) discute práticas de acesso à informação em ambientes digitais.

Observa-se também a presença de discussões relacionadas à memória institucional, direitos humanos, transparência pública, governança da informação e cultura organizacional. Nesse sentido, Nóbrega *et al.* (2025) discutem a relação entre políticas arquivísticas, memória institucional e preservação documental. Venancio (2022) aborda o papel dos arquivos na defesa dos direitos humanos em contextos de transição política. Roncaglio *et al.* (2024) apresentam o processo de elaboração, desenvolvimento e implementação da política arquivística da Universidade de Brasília, evidenciando os desafios institucionais envolvidos na sua construção. Grácio, Rodriguez, Madio, Brega e Moraes (2020) analisam a produção científica da área, contribuindo para a compreensão da comunicação científica e da consolidação do campo arquivístico.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de lacunas na implementação das políticas arquivísticas, identificadas em diversos estudos, como os de Jardim (2013), Venancio (2022), Chagas (2016), Flores (2018), Quintana e Chaves (2017), Santos Junior (2018), Araújo (2024) e Carvalho, Rodrigues e Mattos (2024). As publicações desses autores apontam dificuldades estruturais, ausência de políticas formalizadas, fragilidades na aplicação de normas e distanciamento entre a teoria e a prática, indicando que, embora haja avanço na produção teórica, ainda persistem desafios significativos na efetivação das políticas arquivísticas em contextos

institucionais.

Do ponto de vista terminológico, observa-se a utilização de diferentes expressões para se referir às políticas arquivísticas, como política arquivística, política pública arquivística, política de arquivo e política de informação. Essa variação terminológica demonstra a ausência de consenso conceitual, aspecto discutido por Chagas (2016), Silva (2020), Venancio (2022), Jardim (2013) e Grácio *et al.* (2020), os quais apontam a necessidade de uma maior precisão conceitual e da padronização dos termos utilizados.

De modo geral, a análise das tendências temáticas e terminológicas permite inferir que a produção científica sobre políticas arquivísticas se estrutura a partir de um núcleo consolidado, centrado na relação entre políticas públicas, gestão de documentos e preservação digital, ao mesmo tempo em que incorpora discussões mais amplas relacionadas à memória, ao acesso à informação, à governança e aos direitos. Contudo, constata-se que embora haja avanços significativos na construção teórica e na ampliação dos objetos de estudo, persistem desafios relevantes no que se refere à implementação efetiva das políticas arquivísticas no contexto institucional, bem como à consolidação de um arcabouço conceitual mais uniforme.

Portanto, os resultados apresentados envolvendo a evolução da produção científica, tipos de publicação, autoria, filiação institucional, canais de comunicação e tendências temáticas, demonstram que a temática políticas arquivísticas se encontra em processo de amadurecimento, caracterizado simultaneamente pela consolidação de pesquisadores e instituições de referência e pela ampliação de diferentes enfoques e problemáticas. Tal panorama reflete a complexidade e a dinamicidade do tema, fornecendo subsídios para o aprofundamento das discussões teóricas e para o desenvolvimento de investigações futuras.

A figura apresenta uma representação integrada das políticas arquivísticas no contexto da arquivologia e da Ciência da Informação, demonstrando as suas múltiplas dimensões e inter-relações. Na composição destacam-se as políticas arquivísticas como o eixo estruturante, articuladas à gestão de documentos, à preservação digital e às políticas de informação, que, em conjunto, sustentam a organização, o acesso e a preservação dos documentos ao longo do tempo. Observa-se ainda a incorporação de elementos contemporâneos, como transformação digital, autenticidade da informação, governança informacional e sustentabilidade, representada pela Agenda 2030, indicando a ampliação do escopo das práticas arquivísticas. Também se evidencia a inserção das políticas arquivísticas em contextos institucionais diversos, como universidades, órgãos públicos e ambientes de memória social, reforçando o papel estratégico que possui na

garantia do acesso à informação, na preservação da memória institucional e na promoção da transparência e dos direitos humanos.

Dessa forma, a figura sintetiza, de maneira sistêmica, a complexidade e a transversalidade que caracterizam o desenvolvimento do tema políticas arquivísticas.

Considerando a diversidade de termos e articulações, ao agrupar as publicações analisadas é possível segmentá-las em três eixos temáticos predominantes: 1. políticas públicas arquivísticas e a sua implementação no contexto na administração pública; 2. gestão de documentos como instrumento fundamental para a efetivação das políticas arquivísticas; 3. preservação digital e acesso à informação.

No primeiro eixo destacam-se os estudos de Jardim (2013), que discute a ausência de uma política nacional de arquivos efetivamente consolidada no Brasil, e Venancio (2022), que analisa o papel das políticas arquivísticas no contexto dos direitos humanos e da gestão de documentos em cenários de transição política. Chagas (2016) problematiza as inconsistências conceituais e normativas na regulação do acervo acadêmico pelo Ministério da Educação, evidenciando as lacunas existentes na formulação da política pública arquivística. Nascimento e Volpin Júnior (2025) também abordam a regulação do acervo acadêmico no âmbito do ensino superior, destacando fragilidades conceituais e operacionais. Quintana e Chaves (2017) analisam a percepção dos arquivistas sobre a política nacional de arquivos em universidades federais, enquanto Santos Junior (2018) investiga a implementação de políticas arquivísticas no âmbito da administração pública. Araújo (2024) discute a aplicação de políticas arquivísticas no contexto institucional, apresentando os desafios relacionados à sua efetivação, e Gomes (2025) aborda a construção de políticas arquivísticas no cenário contemporâneo. Rodriguez (2020), Barrancos (2025), Rocha (2025) e Souza (2025) tratam da relação entre políticas arquivísticas, acesso à informação e estrutura institucional, salientando a necessidade de alinhamento entre diretrizes normativas e práticas organizacionais.

No segundo eixo, que trata da gestão de documentos como instrumento fundamental para a efetivação das políticas arquivísticas, Silva (2020) analisa a gestão de documentos como elemento central para garantir o acesso à informação no contexto da administração pública. Goulart, Vargas, Machado e Santarem (2017) discutem a gestão de documentos como suporte à tomada de decisão e à inteligência organizacional. Maia (2023) aborda a gestão de documentos no contexto institucional, destacando a sua importância para a organização e recuperação da informação. Dorneles, Corrêa e Flores (2023) analisam práticas de gestão documental em

ambientes organizacionais, evidenciando dificuldades na implementação de instrumentos arquivísticos. Gerbasi, Dorneles e Maia (2023) discutem os desafios relacionados à aplicação de normas e instrumentos de gestão documental. Roncaglio et. al (2024) tratam da gestão documental no contexto institucional, evidenciando sua relação com a estrutura organizacional. Miguel (2021), Santos (2025), Leão (2021) e Bueno (2019) abordam a gestão de documentos em diferentes contextos administrativos, destacando suas limitações e potencialidades. Os estudos de Silva e Vitoriano (2021), Silva e Mello (2021), Silva, Costa e Miguel (2021) e Silva e Santos (2007) reforçam a centralidade da gestão documental na operacionalização das políticas arquivísticas.

No terceiro eixo, relacionado à preservação digital e ao acesso à informação, Flores (2018) analisa a inexistência de políticas de preservação digital em instituições públicas brasileiras, evidenciando a fragilidade na implementação dessas diretrizes. Vitoriano (2021) discute a preservação documental como condição para garantir o acesso e o uso da informação ao longo do tempo. Euzebio, Gerlin e Silva (2023) investigam estratégias de preservação digital em instituições públicas, enquanto Gottschalg-Duque e Alves (2020) propõem um modelo para elaboração de políticas de preservação digital em instituições de ensino superior. Carvalho, Rodrigues e Mattos (2024) analisam a digitalização de documentos e sua relação com a política arquivística no contexto municipal, e Mello (2021) discute práticas de acesso à informação em ambientes digitais.

Observa-se também a presença de discussões relacionadas à memória institucional, direitos humanos, transparência pública, governança da informação e cultura organizacional. Nesse sentido, Nóbrega *et al.* (2025) discutem a relação entre políticas arquivísticas, memória institucional e preservação documental. Venancio (2022) aborda o papel dos arquivos na defesa dos direitos humanos em contextos de transição política. Roncaglio *et al.* (2024) apresentam o processo de elaboração, desenvolvimento e implementação da política arquivística da Universidade de Brasília, evidenciando os desafios institucionais envolvidos na sua construção. Grácio, Rodriguez, Madio, Brega e Moraes (2020) analisam a produção científica da área, contribuindo para a compreensão da comunicação científica e da consolidação do campo arquivístico.

Outro aspecto relevante refere-se à presença de lacunas na implementação das políticas arquivísticas, identificadas em diversos estudos, como os de Jardim (2013), Venancio (2022), Chagas (2016), Flores (2018), Quintana e Chaves (2017), Santos Junior (2018), Araújo (2024) e

Carvalho, Rodrigues e Mattos (2024). As publicações desses autores apontam dificuldades estruturais, ausência de políticas formalizadas, fragilidades na aplicação de normas e distanciamento entre a teoria e a prática, indicando que, embora haja avanço na produção teórica, ainda persistem desafios significativos na efetivação das políticas arquivísticas em contextos institucionais.

Do ponto de vista terminológico, observa-se a utilização de diferentes expressões para se referir às políticas arquivísticas, como política arquivística, política pública arquivística, política de arquivo e política de informação. Essa variação terminológica demonstra a ausência de consenso conceitual, aspecto discutido por Chagas (2016), Silva (2020), Venancio (2022), Jardim (2013) e Grácio *et al.* (2020), os quais apontam a necessidade de uma maior precisão conceitual e da padronização dos termos utilizados.

De modo geral, a análise das tendências temáticas e terminológicas permite inferir que a produção científica sobre políticas arquivísticas se estrutura a partir de um núcleo consolidado, centrado na relação entre políticas públicas, gestão de documentos e preservação digital, ao mesmo tempo em que incorpora discussões mais amplas relacionadas à memória, ao acesso à informação, à governança e aos direitos. Contudo, constata-se que embora haja avanços significativos na construção teórica e na ampliação dos objetos de estudo, persistem desafios relevantes no que se refere à implementação efetiva das políticas arquivísticas no contexto institucional, bem como à consolidação de um arcabouço conceitual mais uniforme.

Portanto, os resultados apresentados envolvendo a evolução da produção científica, tipos de publicação, autoria, filiação institucional, canais de comunicação e tendências temáticas, demonstram que a temática políticas arquivísticas se encontra em processo de amadurecimento, caracterizado simultaneamente pela consolidação de pesquisadores e instituições de referência e pela ampliação de diferentes enfoques e problemáticas. Tal panorama reflete a complexidade e a dinamicidade do tema, fornecendo subsídios para o aprofundamento das discussões teóricas e para o desenvolvimento de investigações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atingiu o seu objetivo ao mapear e analisar a produção científica sobre políticas arquivísticas no período de 1991 a 2026, contemplando a evolução temporal, a caracterização da produção, a identificação de autores, instituições e canais de comunicação

científica, bem como as tendências temáticas que estruturam a investigação. A articulação entre a análise bibliométrica e a análise de conteúdo permitiu não apenas dimensionar a produção científica, mas apreender seus fundamentos conceituais, deslocamentos teóricos e dinâmicas de institucionalização.

Os resultados indicam que a produção científica sobre políticas arquivísticas é recente e apresenta crescimento progressivo, com inflexão a partir da década de 2010 e intensificação no contexto pandêmico e pós-pandêmico. Esse comportamento não se restringe a uma conjuntura específica, mas reflete transformações estruturais associadas à centralidade da informação e à expansão dos ambientes digitais, que reposicionam as políticas arquivísticas como um elemento estratégico da governança informacional.

No plano estrutural, observa-se uma dinâmica dual, caracterizada pela concentração da produção em núcleos institucionais e pesquisadores de referência, concomitantemente à participação de autores com inserções pontuais. Tal configuração, recorrente em estudos de produtividade científica, indica que a temática se encontra em processo de consolidação, no qual coexistem relativa estabilização teórica e ampliação de abordagens investigativas.

No que se refere às contribuições para a literatura, destaca-se a sistematização de uma estrutura conceitual integrada das políticas arquivísticas, fundamentada na interdependência entre políticas públicas, gestão de documentos e preservação digital. Essa articulação, ainda que presente de forma dispersa na literatura, não se encontrava previamente consolidada em termos analíticos, configurando-se como uma síntese interpretativa que contribui para o avanço teórico da temática. Ademais, evidencia-se a fragmentação terminológica expressa na multiplicidade de denominações utilizadas para designar fenômenos correlatos, o que aponta não apenas para a ausência de consenso conceitual, mas também para as fragilidades epistemológicas existentes ao tratar da delimitação do tema.

Adicionalmente, evidencia-se uma lacuna estrutural entre o desenvolvimento teórico e a efetiva institucionalização das políticas arquivísticas. As evidências empíricas indicam a recorrência de fragilidades normativas, descontinuidades institucionais e limitações operacionais, demonstrando que os desafios associados à temática extrapolam a dimensão conceitual e se materializam na transposição das diretrizes para a prática organizacional.

Outro aspecto central refere-se à reafirmação da gestão de documentos como dimensão operacional indissociável das políticas arquivísticas. A efetividade dessas políticas depende de sua materialização ao longo do ciclo de vida documental, uma vez que diretrizes formuladas

exclusivamente no plano normativo tendem a não se concretizar na ausência de práticas sistematizadas.

Em síntese, a temática das políticas arquivísticas encontra-se em processo de consolidação, caracterizado pela ampliação da produção científica, pela diversificação dos enfoques analíticos e pela persistência de lacunas estruturais. Para além do mapeamento, o estudo explicita tensões, limites e possibilidades que se articulam à temática, contribuindo para o adensamento teórico e para as práticas institucionais.

Por fim, como passos futuros, destaca-se a necessidade de investigações orientadas à análise da efetividade das políticas arquivísticas em distintos contextos organizacionais, bem como ao aprofundamento conceitual, com vistas ao fortalecimento da consistência epistemológica e da aplicabilidade da temática.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL BRASILEIRO. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 09 jan. 1991.

COUTURE, C. *et al.*, **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2003.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp; Fundap, 2015.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (Org.). **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

GRANT, M. J.; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, 26, p. 91–108, 2009.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37–52.

JARDIM, J. M. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.35-49, jan./abr., 2013.

JARDIM, J. M; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n.1, 2009.

LOTKA, Alfred J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, Washington, v. 16, n. 12, p. 317–323, 1926.

MARQUES, F. Produção científica acessível. **Revista pesquisa FAPESP**, n. 259, p. 44-47, set. 2017.

RIBEIRO, A; L, M. Políticas arquivísticas e gestão da informação no contexto digital. **Revista Arquivística Contemporânea**, v. 8, n. 2, p. 110-125, 2021.

RONCAGLIO, C; MANINI, M. P. **Arquivologia e cinema**: um olhar arquivístico sobre narrativas fílmicas. Brasília: EDU-UnB, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.